

FERREIRA, JENNIFER MOLINA; BOLDRIN, LARA MARIELE.

PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Artigo científico apresentado ao Curso de FORMAÇÃO PEDAGÓGICA, como requisito parcial para obtenção do certificado de TÍTULO GRADUADO em PEDAGOGIA.

Prof. Orientadora: Ana Paula Grotto da Silva.

MOCOCA-DEZEMBRO 2023

PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROCESS OF ADAPTATION OF AUTISTS IN EARLY EARLY EDUCATION

Autor(es): FERREIRA, Jennifer Molina; BOLDRIN, Lara Mariele.

Resumo: A adaptação de autistas na Educação Infantil é um tema de interesse, que atualmente vem sendo estudado também na educação inclusiva e nas intervenções com os estudantes com autismo. Cuidar não se limita ao cuidado e ao carinho com bebês e crianças, mas inclui também paciência e respeito ao processo, observação atenta, necessidades de escuta ativa e empatia. Esses fatores ajudam as crianças a desenvolverem confiança e segurança em si mesmas e nos adultos de referência (mãe, pai, responsáveis e educadores). Eles também auxiliam no desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social. De modo geral, o cuidado é muito importante para o amadurecimento da criança, não só no ambiente escolar, mas em todos os espaços da vida da criança, principalmente no ambiente doméstico. O processo de adaptação do autista, pode acontecer em qualquer fase de evolução da criança, tendo ou não alguma deficiência ou transtorno, pois utiliza como base o seu próprio desenvolvimento, sendo esse assegurado por Lei, embora um dos principais comprometimentos causados pelo Transtorno do Espectro Autista seja justamente na interação social, acredita-se na inclusão e no desenvolvimento de todos. A crença nas possibilidades do indivíduo e no papel do aprendizado no desenvolvimento dessas possibilidades está bastante promissora.

Palavras-chave: Adaptação, Autista, Educação Infantil.

Abstract: The adaptation of autistic people in early childhood education is a topic of interest, which is currently also being studied in inclusive education and interventions with students with autism. Affection is not restricted to care and affection for babies and children, it also involves patience and respect for processes, an attentive look and active listening to needs and empathy. These factors help the child to develop confidence and security in themselves and in the reference adult (mothers, fathers, guardians and educators). They also contribute to psychomotor, cognitive and social development. Affection is important for children's maturation in general, to be practiced not only in the school environment, but in all spaces

in which the child lives, especially in the family environment. The autistic person's adaptation process can happen at any stage of the child's evolution, whether or not they have any disability or disorder, as it uses their own development as a basis, which is guaranteed by law, although one of the main impairments caused by Spectrum Disorder Autism is precisely in social interaction, we believe in the inclusion and development of everyone. The belief in the possibilities of the individual and in the role of learning in the development of these possibilities is very promising.

Keywords: Adaptation, Autistic, Early Childhood Education.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, que é o primeiro nível de ensino da Educação Básica de uma criança, deve preparar os alunos para melhor entender suas diferenças, pois é nela que se inicia o processo de inclusão (ou exclusão), ou seja, na escola. Para isso, a escola precisa se organizar para receber os alunos de Inclusão, e a família se preparar para esse processo de adaptação. Como o assunto de Inclusão é pré-requisito para uma educação de qualidade, todos os envolvidos no cotidiano escolar devem pensar e aprender sobre o assunto: pais, professores, funcionários e alunos. Também as experiências devem ser discutidas para promover atividades adequadas e unificadas onde toda a equipe escolar esteja preparada para as possíveis situações. É importante ressaltar que a síntese das discussões e decisões da equipe escolar deve ser fixada no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, pois é este documento que atesta suas atividades. O estudo aponta os conceitos e suas características mais aceitos sobre o autismo, deste conhecido como um transtorno, bem como as diversas síndromes identificáveis geneticamente. O autismo é o causador de muitos distúrbios nas interações sociais. De acordo com Mirenda, Donnellan & Yoder (1983), tais distúrbios podem ser observados já no início da vida; o contato "olho a olho" é anormal antes mesmo de completar o primeiro ano de vida, dentre outras características, assim como Lemos (2014), diz que o autismo é uma desordem neurológica.

Santos (2008), afirma que quando o autismo é diagnosticado, vem a surpresa e a negação da família. Esta é uma tarefa muito difícil de identificar, entretanto muitos pais têm medo de descobrir que tem uma criança diferente e não buscam auxílio por receio do diagnóstico e, muitas vezes, quando buscam, os profissionais não estão capacitados para dar um diagnóstico preciso.

Este trabalho vai apresentar como acontece o processo de adaptação de crianças autista na Educação Infantil, mas não se pode esquecer que tudo se inicia no diagnóstico de profissionais e aceitação da família.

Na Educação Infantil é o ambiente que acontece as primeiras interações educacionais e sociais da criança sem a presença da sua família, tornando-se assim repleto de desafios e adaptação ao novo. O objetivo desta pesquisa é descrever o processo de adaptação de crianças do espectro autista e como o ambiente escolar deve ser planejado de acordo com as necessidades dos mesmos, conceituando o Autismo, e o ambiente escolar, fazendo uma abertura para a Legislação inclusiva que garante a presença desses alunos na rede regular de ensino e firmando a importância de se ter profissionais especializados, além dos meios de se adaptar esse aluno.

Conceituando

O Autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa “por si mesmo.” É um termo usado dentro da Psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltado para o próprio indivíduo. De acordo com o dicionário médico Lemos (2014, p.18), o autismo, é desordem neurobiológica, apesar de o mecanismo preciso da doença ainda não ser conhecido.

A causa psicológica é descartada. Em termos clínicos os sintomas podem aparecer desde o nascimento ou surgirem em algum momento antes dos 3 anos.

Lemos (2014), criou o termo “autismo”, para designar uma série de sintomas. Não há uma fórmula correta para prevenir, mas estudos recentes mostram que o papel da herança genética para o desenvolvimento do transtorno não é tão grande como se supunha. Os genes desempenham 50% das chances de uma criança vir a ter autismo. Ou seja, em pelo menos metade dos casos não há muito o que fazer contra a genética humana. Mas os outros 50% correspondem a fatores externos, muito relacionados ao ambiente em que a criança cresce e a hábitos comportamentais.

A caminhada é longa e árdua. Cada profissional fala uma coisa e não é raro encontrar aqueles que digam que a culpa é da mãe, aumentando, ainda mais, a indecisão, a dúvida e a insegurança. Quando finalmente o diagnóstico vem, a negação é a primeira reação dos pais: "Não, não pode ser, isto não é verdade! Não meu filho!" (Santos, 2008, p.26).

O autismo, é uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida e faz a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se "ausenta" do ambiente que o cerca das pessoas circunstantes afim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança das relações interpessoais. A criança deixa de explorar o mundo á sua volta permanecendo em vez disso em seu universo interior. Geralmente aparece nos três primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social.

Mello (2007, p. 16) descreve o autismo como um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Em 2013, no mês de maio, foi lançada a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), que trouxe algumas mudanças importantes, entre elas novos diagnósticos e alterações de nomes de doenças e condições que já existiam. O autismo, assim como ASPERGER, foi incorporado a um novo termo médico, chamado de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A Síndrome de Asperger passa a ser considerada, portanto, uma forma mais branda de autismo. Os pacientes são diagnosticados apenas em graus de comprometimento, dessa forma o diagnóstico fica mais completo.

O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de "Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia".

Autista e o ambiente escolar

Se preparar para uma escola inclusiva não é apenas se especializar em alunos com autismo, mas sim se capacitar para uma escola onde todos têm diferenças e individualidades, uma escola que se renova e se reestrutura para lidar com a aprendizagem de forma diversa.

A Educação Infantil é geralmente o primeiro espaço social que a criança está inserida sem a presença da sua família, tornando-se assim repleto de desafios e adaptação ao novo.

Os alunos do Expecto Autista apresentam apego a determinados rituais, rotinas e objetos, ao mesmo tempo em que o movimento de peças (rodas e hélices) exerce um grande fascínio sobre os mesmos. Devido à especificidade de relacionar-se com os objetos e pessoas, em muitos momentos da vida e da educação infantil fica sem estar envolvido nas atividades que exigem imaginação. Cabe ao professor, pais e familiares incentivar e promover momentos que contribuam para que o mesmo desenvolva as habilidades, dentro das suas possibilidades. Para Santos (2008), a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens de nossos valores e sentimentos.

Assim, percebemos que a escola apresenta na sala de aula as diferenças existentes nos grupos sociais. Dessa maneira, de acordo com Santos (2008), a escola deixa de lado o conhecimento que a mesma valoriza, assim percebe-se que a democratização e massificação do ensino, não expande a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos. Por decorrência disso, dividindo também os alunos em escolas regulares e especiais e formando professores para serem especialistas apenas naquela área.

Apesar das dificuldades o professor necessita incluir os alunos, de forma que proporcione oportunidades da mesma maneira dos demais, para que as crianças com autismo sejam aceitas pela turma e por toda a sociedade. Entretanto, não é apenas a inserção nas escolas regulares, mas a busca da valorização desses alunos mesmo com suas limitações e respeitando suas diferenças. Por sua vez é importante que as escolas desenvolvam atividades pedagógicas adequadas as necessidades dos alunos. Nos dias de hoje, temos a plena consciência que para uma criança autista desenvolver suas habilidades

e aprendizagem na sociedade, é indispensável que esteja inserida na escola e alcançando a educação inclusiva.

É preciso que o professor olhe para a criança seja ela com autismo ou outra deficiência e a veja como um sujeito capaz de aprender. Todos aprendem, basta que se tenha um olhar reflexivo e consciência daquilo que se quer ensinar. Mas para isso o professor precisa de uma formação voltada para a forma como cada indivíduo com autismo aprende além de se fazer as seguintes perguntas: como o autista se relaciona com a outra pessoa? Será que ela está se sentindo bem na interação com seus colegas e professores? Como estamos nos relacionando com a criança autista? Paramos para ouvir o que elas têm a dizer? Percebemos, que mesmo que cursos de formação ofereçam disciplinas de Educação Especial, isso não impede que muitos professores se sintam desconfortáveis ao receberem aluno especial na escola, isso porque a formação inicial é o primeiro passo. O professor precisa conhecer e ter a mínima noção a respeito das diferenças, e assumir seu papel de mediador do conhecimento de todos os educandos, com vistas a contribuir com uma escola inclusiva e com uma sociedade mais inclusiva.

Se caso o aluno ainda não for diagnosticado como uma criança autista, o professor pode perceber alguns sintomas e algumas características, como no ritmo de atividades físicas, sociais, afetivas e linguísticas, mas cabe ao professor orientar os pais a procurar um psicólogo, neuro psicopedagogo e neurologista. O diagnóstico deve ser cauteloso, e é necessário observar, avaliar fisicamente e neurologicamente a criança, conversando com os familiares e fazer exames necessários para detectar o autismo. Há alguns critérios utilizados para diagnosticar se a criança é autista, mas apresentam controvérsia, assim como a sua definição. Porém, o CID-10 (Código Nacional de Doenças), e o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), são considerados como adequados, lembrando que o diagnóstico só é obtido através de observação clínica e pela história referida pelos pais ou responsáveis.

Legislação inclusiva

De maneira bastante abrangente, a legislação brasileira assegura às pessoas com deficiência seus direitos como cidadãos conscientes e participativos na sociedade.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é destinada a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando sua inclusão social e cidadania. Dentre os principais direitos estão: direito à vida; direito à saúde; direito à educação; direito ao trabalho; direito à previdência social, entre outros.

Para as pessoas com TEA, há a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, que admite o TEA como uma deficiência e, com isso, reconhece os direitos previstos por lei para as pessoas com algum tipo de deficiência também a essa população.

Portaria nº 8.764, de 23/12/2016, que regulamenta o Decreto nº 57.379/2016, que por sua vez, institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Dentre os principais serviços de educação especial ofertados destacamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI).

Quanto ao AEE, no que se refere à educação infantil, é possível destacar o seguinte trecho da Portaria nº 8.764:

Art. 25 – A oferta do AEE na educação infantil deverá considerar o disposto na Nota Técnica Conjunta Nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE/SEB/DICEI, de 04 de agosto de 2015, que trata de “Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil”.

§ 1º – O atendimento educacional especializado aos bebês e crianças público-alvo da Educação Especial será feito, preferencialmente, no contexto da Unidade Educacional e em seus diferentes espaços educativos, não substituindo as experiências oferecidas para todos os bebês e crianças, de acordo com as propostas pertinentes ao currículo da infância.

§ 2º – A organização do AEE na Educação Infantil demandará a articulação entre o professor de referência do agrupamento/turma e o professor responsável pelo AEE, que, de forma colaborativa e articulada, observam e discutem:

- a) as necessidades e potencialidades dos bebês e crianças público-alvo da Educação Especial;
- b) as formas de promoção da estimulação necessária para a aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e crianças com deficiência;
- c) a definição de estratégias e recursos pedagógicos e de acessibilidade que removam as barreiras encontradas neste processo, bem como favoreçam o acesso deste público a todas as experiências educacionais, assim como sua interação no grupo e sua plena participação;
- d) as atividades próprias do AEE articuladas ao currículo da infância.

§ 3º – Para os bebês e as crianças de 0 a 3 anos, matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIs, CEMEIs e EMEIs, e para as crianças de 4 a 5 anos, matriculadas em EMEIs ou CEMEIs em período integral, o AEE deverá ser realizado no seu horário de frequência à unidade educacional, com atuação colaborativa entre os professores responsáveis pelo AEE colaborativo ou itinerante e os demais profissionais da U.E.

§ 4º – As crianças de 4 e 5 anos com matrícula na EMEI ou no CEMEI, em período parcial, poderão ser encaminhadas para o AEE no contraturno escolar, após avaliação pedagógica/estudo de caso que indique não ser possível o atendimento nas formas previstas nos incisos I e III do art. 23, utilizando como critério a necessidade específica da

criança em relação às atividades próprias do AEE elencadas no art. 22. (SÃO PAULO, 2016).

Do ponto de vista legal e teórico, a educação inclusiva é uma realidade, pois essas leis garantem o acesso à educação para todos. A gestão pública, por meio dos órgãos competentes, disponibiliza para a população o espaço, os profissionais e os recursos para o atendimento especializado das crianças e jovens com deficiência.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

Na perspectiva inclusiva de acordo com o documento planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b, p. 24), a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação. Para que o acesso e a permanência desses alunos sejam concretizados, de acordo com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é preciso:

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilidade de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2014a).

Contudo, a formação dos profissionais e a afetividade são aliadas imprescindíveis para que a educação inclusiva aconteça de fato.

Como acontece o processo de adaptação

O processo de adaptação, acontece através do desenvolvimento cognitivo humano e evidenciado por autores de áreas de estudo distintas como: educação, psicologia e filosofia. Dentre os principais teóricos da afetividade na educação estão Jean Piaget (1896 – 1980), Lev Vygotsky (1896 – 1934) e Henri Wallon (1879 – 1962), cujas teorias têm em

comum o ambiente e a socialização como fatores fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem. De acordo com Kochhann e Rocha (2015):

Piaget (2004, p. 34) que “nunca há ação puramente intelectual, assim como também não há atos que sejam puramente afetivos”. Nessa perspectiva, o autor acredita que afetividade e cognição sejam indissociáveis, e que o homem age ao ser motivado, de acordo com a sua moral, podendo ter influências do meio em que vive. Do mesmo modo que a aprendizagem se dá a partir de um processo de acomodação e assimilação, e a afetividade é a energética que impulsiona as ações, tendo como suporte a razão. (KOCHHANN, ROCHA, 2015, p. 528).

Para Vygotsky(2007), o desenvolvimento humano se estabelece, principalmente, por meio das relações sociais do indivíduo, considerando o histórico e a cultura. É a chamada teoria Sociointeracionista. Outro importante legado deixado por Vygotsky para a Educação é o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal: a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 2007, p. 97).

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal pode ser utilizado em qualquer fase de evolução da criança, (principalmente em relação as crianças autistas) tendo ou não alguma deficiência ou transtorno, pois utiliza como base o seu próprio desenvolvimento.

Embora um dos principais comprometimentos causados pelo Transtorno do Espectro Autista seja justamente na interação social, Vygotsky acreditava na inclusão e no desenvolvimento de todos. A crença nas possibilidades do indivíduo e no papel do aprendizado no desenvolvimento dessas possibilidades está bastante explícita nas obras de Vygostky. Assim, ele afirma:

“O comportamento atualizado é apenas uma infinitésima parte do comportamento possível. O homem está cheio de possibilidades não realizadas (...)”.
“Todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”.
(COSTA, 2006 Apud Vygotsky, 1989)

Segundo Mahoney (2012), o conceito de afetividade está diretamente atrelado a cognição e motricidade:

É uma teoria que facilita compreender o indivíduo em sua totalidade, que indica as relações que dão origem a essa totalidade, mostrando uma visão integrada da pessoa, do aluno. Ver o aluno dessa perspectiva põe o processo ensino-aprendizagem em outro patamar porque dá ao conteúdo desse processo – que é a ferramenta do professor – outro significado,

expondo sua relevância para o desenvolvimento concomitante do cognitivo, do motor e do afetivo.

(MAHONEY, 2012. p. 10).

A afetividade na educação infantil é um tema de interesse dos teóricos desde o século passado, que atualmente vem sendo estudado também na educação inclusiva e nas intervenções com os estudantes com autismo.

O carinho não se restringe ao cuidado e carinho com bebês e crianças. Envolve também paciência e respeito aos processos, olhar atento e escuta ativa às necessidades e empatia. Esses fatores ajudam a criança a desenvolver confiança e segurança em si mesma e no adulto de referência. Contribuem também para o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social.

CONCLUSÃO

A compreensão da escola e comunidade é necessário que a escola possua as condições necessárias e adequadas a sua disposição para atender as necessidades e garantir o acesso e permanência desses alunos. É preciso que o professor tenha um olhar atento às necessidades de cada aluno, foque em suas potencialidades e não em suas dificuldades.

Um fator importante para a educação do autista é o currículo. Este deve levar a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, que atue no desenvolvimento da autonomia da criança autista, é preciso que o professor olhe para a criança seja ela com autismo ou outra deficiência e a veja como um sujeito capaz de aprender.

Importante ressaltar que o professor precisa de uma formação voltada para a forma como cada indivíduo, além de conhecer as Leis que regem no País em relação ao assunto.

O professor precisa conhecer e ter a mínima noção a respeito das diferenças, e assumir seu papel de mediador do conhecimento de todos os educandos, com vistas a contribuir com uma escola inclusiva e com uma sociedade mais inclusiva. Existem inúmeras formas de se trabalhar com as crianças autistas e com isso alguns métodos são utilizados para uma melhor inclusão desses alunos, mas não existe uma receita pronta, é preciso investir no acolhimento e na mediação da aprendizagem.

Agradecimento:

Gostaríamos de expressar o nosso profundo agradecimento a todos os envolvidos na preparação do nosso TCC em Pedagogia.

Primeiramente, queremos agradecer aos nossos familiares e amigos pelo apoio incondicional ao longo de todo o processo. A paciência, o incentivo e as palavras de encorajamento foram essenciais para que pudéssemos prosseguir e finalizar esse trabalho.

Agradecemos também a nossa orientadora Ana Paula, pela orientação precisa e pelos ensinamentos que foram fundamentais para o TCC. Sua expertise e disponibilidade em sempre auxiliar foram de extrema importância no desenvolvimento da pesquisa.

Expressamos também a nossa eterna gratidão aos professores e profissionais da área da pedagogia que gentilmente disponibilizaram seu tempo para entrevistas e contribuíram com seus conhecimentos para enriquecer o conteúdo do nosso trabalho. Suas contribuições foram inestimáveis e de grande relevância para o nosso crescimento acadêmico.

Nossos agradecimentos à instituição de ensino por proporcionar a oportunidade de desenvolver essa pesquisa e ao corpo docente pelo conhecimento compartilhado ao longo do curso. Cada disciplina contribuiu para a nossa formação como pedagogo e influenciou diretamente na elaboração do meu trabalho.

Por fim, expressamos gratidão a todos os colegas de curso que enfrentaram as mesmas dificuldades e desafios que nós. Compartilhar ideias, debater e trocar experiências foram fundamentais para o crescimento mútuo e para a construção de um trabalho relevante e consistente.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e incentivo de todas essas pessoas. Somos gratas por termos a oportunidade de contar com cada um de vocês ao longo dessa jornada acadêmica.

Obrigada.

REFERÊNCIAS

BRAGA, kenyon, P. Caio, M., **Análise do Comportamento Aplicada- Análise Comportamental Aplicada (ABA1)** – Um Modelo para a Educação Especial http://www.carlagikovate.com.br/index_arquivos/Page790.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Presidência da República / Casa

Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dezembro 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 17 setembro 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em 17 setembro 2023.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2023.

BOSA, Cleonice Alves. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). **Autismo e educação: atuais desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.

CARVALHO, A., Onofre, C., **Aprender a olhar para o outro: Inclusão da Criança com Perturbação do Espectro Autista na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico**: http://sitio.dgdc.minedu.pt/recursos/Lists/Repositrio%20Recursos2/Attachments/712/aprender_olhar_outro.pdf.

COSTA, D. A. F. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev. Psicopedagogia**, Belo Horizonte (MG), v. 23, ed. 72, p. 232-240, 2006.

Decreto de **Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República nº 4/7- 1.ª Série**. Ministério da Educação. Lisboa Maia, M. (2009).

FARRELL, M. (2008). **Dificuldades de comunicação e autismo** – Guia do Professor. 1ª edição, Artmed. Porto Alegre.

KOCHHANN, A.; ROCHA, V. A. S. Afetividade no processo ensino-aprendizagem na perspectiva de Piaget, Vygotsky e Wallon. **Educação e Linguagem: (Re) Significando o Conhecimento**, Inhumas (GO), v. 2, n. 1, p. 524-533, junho 2015.

LEMOS E. L. M. D et al **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar.** Rev. bras. educ. especial. vol.20 no.1. Marília Jan./Mar. 2014.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. Henri Wallon: **Psicologia e Educação**, Ed. Loyola, 11ª ed., São Paulo, 2012, 87 p.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático. Colaboração: Marialice de Castro Vatauk.** 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2023.

MIRENDA, P., Donnellan, A. M., Yoder, D. E. (1983) **Gaze behavior: A new look at an old problem.** *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 13, 297-309.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008.

SÃO PAULO. **Portaria nº 8.764, de 23 de dezembro de 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016.** São Paulo, 2016.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2007, 224 p.